

# EMBARCAÇÕES, GERMES E NOTÍCIAS: CIRCUITOS EPIDÊMICOS NA BAHIA E NO RIO DA PRATA (1872)

*Cleide de Lima Chaves\**

## RESUMO

*O presente artigo procura analisar extenso e detalhado relatório, publicado na **Gazeta Médica da Bahia** no ano de 1872, sobre a febre amarela na Argentina. As epidemias preocupavam as autoridades sanitárias, que buscavam controlá-las através dos portos do Império, mantendo-se informadas da ocorrência dessas epidemias em outras partes da América. O periódico, além de representar um espaço de discussão sobre a medicina, cumpria ainda um papel ideológico, qual seja, o de criar uma imagem da Argentina que viesse a prejudicar a imigração para aquela região, já que as epidemias assustavam os imigrantes europeus, e, assim, garantir a substituição gradual de escravos por uma abundante mão-de-obra imigrante para o Brasil.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Epidemia e Medicina. Imigração. Império do Brasil. Repúblicas Platinas.*

O entendimento das questões de higiene pública no século XIX exige necessariamente uma compreensão sobre a incidência das epidemias. Estudar

\* Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: cleide@uesb.br.

a segunda metade desse século, e mesmo o período colonial, sem se deparar com os circuitos epidêmicos, é quase impossível, pois os problemas de saúde pública se constituíam em uma das maiores preocupações das autoridades médicas e administrativas nas Américas.

Às doenças epidêmicas, até o final do século XIX, não era destinado nenhum parecer definitivo, nem quanto à sua prevenção nem, muito menos, quanto à sua cura. Eventos recidivantes, causaram medo e insegurança nas populações, das classes mais abastadas às mais miseráveis, nivelando as expectativas de vida numa sociedade ainda sem os conhecimentos de cura e prevenção, de higiene e saúde pública.

Analisaremos, num primeiro momento, a circulação das notícias dessas epidemias nos portos de Salvador e Buenos Aires, duas importantes cidades-porto no século XIX e, posteriormente, seus efeitos econômicos, políticos e sociais. Para isso, é importante situar o surgimento de um periódico médico na Província da Bahia – a **Gazeta Médica** – e sua função enquanto órgão divulgador das notícias e pesquisas da medicina baiana e brasileira. Segundo Lilia Schwarcz (1993), a **Gazeta Médica** nasceu a partir da congregação de alguns médicos da Faculdade de Medicina da Bahia que objetivavam a troca de experiências e dúvidas acerca da profissão, prática que contribuiu para a ampliação do saber médico na Bahia. O jornal começou a circular em 1866, destacando-se como primeiro periódico médico brasileiro, e continuou até 1931, com algumas interrupções neste período,<sup>1</sup> sendo retomada sua publicação entre os anos de 1966 e 1976 (BATIANELE, 2002).

As temáticas publicadas no periódico foram variadas. A higiene pública, durante todo o período entre 1866 e 1931, ocupou 36% do interesse dos médicos baianos e compreendeu assuntos como epidemiologia, saneamento, higienização e demografia (SCHWARCZ, 1993). Apesar de serem temas urgentes, presentes nas pautas de discussão da sociedade baiana, o alcance real dessa publicação foi pequeno. Como ressalta Renilda Barreto (2000), ao tratar da importância dessa circulação do saber médico, “o âmbito de propagação deste material era pequeno e estava reservada à elite, especificamente à sua porção masculina que circulava e discutia nos espaços onde esse diálogo acontecia”.

<sup>1</sup> Os anos em que a **Gazeta** não foi publicada foram os de 1870, 1874, 1875 e 1880.

A higiene já era tema majoritário nos primeiros periódicos brasileiros que circularam no Rio de Janeiro, a exemplo da **Revista Médica Fluminense** (1835-1841) e da **Revista Médica Brasileira** (1841-1843), que objetivavam despertar o interesse da comunidade leiga, como ressalta Ferreira (1999, p. 333):

A eleição da higiene como campo de diálogo entre a medicina e a sociedade e campo privilegiado de produção científica possibilita a compreensão não só do modo como determinadas doenças foram alçadas à condição de problema de relevância social, mas também da forma como se deu a implantação do debate sobre os problemas sanitários do país.

Pretendemos concentrar nossa análise nos artigos publicados no periódico baiano a respeito da epidemia de febre amarela que assolou a Argentina no ano de 1872, sem desconsiderar, entretanto, a coexistência de outras doenças, a exemplo do cólera *morbuse* e da varíola, enfermidades também propagadas nos portos do Brasil e do Rio da Prata durante a segunda metade do século XIX. A febre amarela, em detrimento das outras moléstias, alcançaria o *status* de doença socialmente relevante neste momento; os motivos de tal distinção veremos adiante.

Por que uma notícia como a da febre amarela na cidade de Buenos Aires interessava tanto às autoridades médicas da Bahia? De que forma essa epidemia foi interpretada pelos médicos baianos, especialmente aquele que a relatou, o Dr. Luiz Alvares dos Santos, professor da “materia medica e therapeutica” da Faculdade de Medicina da Bahia?

De acordo com o relato existente na **Gazeta Médica**, cujas notícias foram veiculadas em três números e em grandes sessões da revista – os números 122 (agosto de 1872), 125 (outubro) e 127 (novembro do mesmo ano) –, a epidemia de febre amarela teria chegado ao país por “imigrantes desembarcados de Gênova, vindos na barca que tocara em Barcelona, cidade europeia, onde a febre amarela irrompera epidemicamente no fim do ano anterior”.<sup>2</sup>

A imigração para a América Latina na segunda metade do século XIX cresceu vertiginosamente e modificou as relações sociais e de trabalho existentes. O fluxo migratório europeu para os países latino-americanos envolveu questões internas da própria Europa e uma demanda crescente por mão-de-obra na América.

<sup>2</sup> **Gazeta Médica da Bahia**, n. 122, 31/08/1872, p. 20.

Para o Império brasileiro, a partir de 1870, vários acontecimentos iriam mudar o seu curso, a exemplo da publicação, em 1871, na capital imperial, da Lei do Ventre Livre, preconizando o que aconteceria mais tarde com a abolição da escravidão. Desde 1850, havia cessado o tráfico de escravos no Brasil, começando então a entrar na pauta das discussões dos deputados, nas Províncias e na Corte, a substituição da mão-de-obra escrava pela livre.

A Argentina foi considerada o país sul-americano que mais recebeu imigrantes na segunda metade do século XIX, e o processo de modernização e urbanização que resultou da ocupação do atual território da Argentina é, como destacou Coggiola (1997):

um produto do século XIX, em especial do processo de imigração européia, que levou ao país milhões de trabalhadores europeus – 160.000 estrangeiros lá aportaram entre 1861 e 1870, e o número de imigrantes chegou a 841.000 de 1881 a 1890, e a 1.764.000 de 1901 a 1910. No total, de 1857 a 1930, o deserto argentino recebeu 6.330.000 imigrantes, o que, levando-se em conta o retorno dos trabalhadores sazonais [ou golondrinas], deixa um saldo de 3.385.000 imigrantes.

O projeto de imigração européia era o mais cogitado e, tão logo iniciaram os planos, já entravam no Brasil algumas dezenas de imigrantes, oriundos da Itália, Espanha e Portugal. A escolha pelos europeus resultou da disseminação dos ideais de civilização e progresso, que seriam supostamente trazidos por esses habitantes de além-mar para as terras americanas. Essas idéias eram reforçadas pelo pensamento científico no Brasil, que buscava retirar o Império da barbárie, conduzindo-o para a construção de uma sociedade civilizada. E, na Argentina, indivíduos como Domingo Faustino Sarmiento<sup>3</sup> igualmente acreditavam que os modelos europeus funcionavam como horizontes de utopia e de modernidade, afirmando que os governos deveriam “garantir as fronteiras do sul contra os índios, estabelecendo colônias militares na região; incentivar a imigração européia, povoando o interior ‘deserto’” e algumas outras ações ditas como civilizadoras (PRADO, 1999, p. 163). Do lado europeu, a emigração foi motivada pelo contexto de guerras e calamidades naturais que haviam assolado a Europa, a partir do último quartel do século XIX.

<sup>3</sup> Autor de **Facundo ou civilização e barbárie**, livro que, publicado em 1845 na Argentina, é considerado um clássico do pensamento político latino-americano.

Muitos imigrantes, quando desembarcavam nos portos brasileiros e argentinos, dois dos mais importantes países receptores de colonos estrangeiros, eram vitimados pela epidemia de febre amarela. Isso desencadeou nos governos provinciais uma maior preocupação no combate ao chamado “vômito preto”. Interessava-lhes sanar a epidemia, pois os ideais de civilidade também passavam pela importação de habitantes europeus, protótipos do desenvolvimento e da civilização. Como nos aponta Chalhoub (1996, p. 29),

no decorrer da década de 1870, a febre amarela tornou-se a questão de saúde pública no Brasil. Tal flagelo havia se constituído num dos principais obstáculos à realização do projeto político que estava gradativamente se impondo aos corações e mentes dos fazendeiros brasileiros: a idéia era enfrentar as incertezas do processo de emancipação dos escravos inundando o mercado de trabalho com imigrantes europeus.

As notícias das epidemias se espalhavam por outros portos e chegavam à Bahia. O porto de Salvador convivía com a constante entrada de doenças virulentas e prejudiciais ao seu comércio e à sanidade pública da Província. Porém, mais do que um simples propósito preventivo e de alerta para as autoridades públicas de saúde – no caso da Bahia, com a Inspeção de Saúde do Porto de Salvador, que fiscalizava a entrada e saída das embarcações – pode-se localizar, com a notícia divulgada na **Gazeta Médica** sobre a epidemia em Buenos Aires, o interesse explícito pela denúncia das doenças num porto concorrente ao brasileiro pela abundante mão-de-obra européia.

Pelo quadro junto verá V. Ex. que de accordo com as notas officiaes da municipalidade de Buenos-Ayres a mortandade da epidemia chegou a 13.614. Mas, se attendermos a diversas considerações, veremos que a estatística que dá o Standard se aproxima mais da verdade, e que, portanto, essa publicação do periodico inglez não merecia a punição que lhe infligiu o governo da Republica Argentina, fazendo baixar um decreto suspendendo a subvenção que dava áquelle diario o thesouro nacional. O rigor da pena revela até certo ponto o interesse que tinha o governo da Republica de occultar a verdade, afim de não afastar a immigração estrangeira.<sup>4</sup>

O periódico aponta, ainda, as péssimas condições de moradia e higiene em que viviam esses imigrantes ao chegarem à Argentina, demonstrando a

<sup>4</sup> **Gazeta Médica da Bahia**, n. 125, 15/10/1872.

falta de infra-estrutura urbana para receber essas populações. Porém, as descrições feitas pela **Gazeta** para os cortiços argentinos pouco diferiam das condições dos imigrantes no território brasileiro, situação agravada, principalmente, pela falta de experiência com mão-de-obra livre, dentro de uma sociedade escravista.

A oficina de imigração, como se chama em Buenos-Ayres o escriptorio d'esse serviço público, tem uma casa de imigrantes; mas essa casa é demasiado insufficiente para seu fim e é isso talvez devido não só a negligência das autoridades, como à deficiência da renda municipal. Os imigrantes italianos são arrumados então nos conventillos, especie dos cortiços d'esta Côrte. Recebem ahi alojamento pagando por noite um peso papel (quatro vintens em nossa moeda).

Esses conventillos são uma constante ameaça à saude publica. Os relatorios da policia mostram que há 91 somente na parquia do Socorro, e provavelmente para cima de 400 em toda a cidade. Constituem o ramo de negocios o mais proveitoso que se pode imaginar, dando 10 a 15 % mensalmente sobre o custo d'elles. Consistem geralmente de um andar duplo de quartos, tendo diversas series de camas, com um pateo estreito no centro, e ahi no espaço de 10 a 60 jardas, são aglomeradas centenas de pessoas da classe mais baixa, gente notavel pela ausencia total de aceio nos corpos, e nas habitações.<sup>5</sup>

As repúblicas platinas mantinham a imagem de salubres e limpas até o início da década de 1870, por não terem sido atingidas anteriormente pelas epidemias, sendo consideradas regiões imunes às doenças. As autoridades argentinas propagavam, inclusive na Europa, os “bons ares” daquela região, onde os imigrantes teriam as condições ideais para se estabelecerem.

O ideal da salubridade platina também estava presente na **Gazeta Médica da Bahia**. Em 1871, um extenso relatório da Inspetoria de Saúde Pública divulgava dados estatísticos da mortandade em Salvador, causada, principalmente, por “febres e beri-beri”. Ao comparar essas estatísticas com as de outras capitais do mundo, a exemplo de Paris e Londres, a **Gazeta** destacou “Montevideo e Buenos-Ayres, cidades reputadas geralmente como eminentemente salubres”.<sup>6</sup> O Inspetor de Saúde concluiu o seu relatório reclamando do abandono vivido pela saúde pública na cidade e afirmando

<sup>5</sup> **Gazeta Médica da Bahia**, n. 122, 31/08/1872.

<sup>6</sup> **Gazeta Médica da Bahia**, nº 102, 31/10/1871.

que, no tocante às questões de higiene e salubridade, somente em tempos de epidemia a capital baiana recebia atenção das autoridades.

As notícias veiculadas sobre a situação da Argentina e reproduzidas na **Gazeta Médica**, portanto, obedeciam a uma ordem geral de desconstruir a imagem anteriormente desenhada das cidades platinas e, assim, disseminar a idéia de que a cidade de Buenos Aires era insalubre e sem preparo suficiente para enfrentar as epidemias e para receber imigrantes, mesmo que estas tivessem sido trazidas da própria Europa, considerada berço da civilização ocidental. Como apontou Diego Armus (1995, p. 235) ao estudar o espaço urbano da capital argentina, “o país da imigração não era o que se tinha imaginado; os imigrantes que chegavam não eram os desejados e, com freqüência, sua indisciplina social parecia pôr em xeque a própria governabilidade da nação”.

O jornal **Comercio del Plata**, de circulação no Rio da Prata, em uma de suas publicações do ano de 1862, ironizava a situação do Brasil e, como um “mal presságio”, anunciava em suas colunas marítimas: “Este horrible flagelo se ha hecho sentir em el Brasil com sintomas ameaccadores. ¡Pobre tierra tan maltratada por esas pestes!”.<sup>7</sup> Até esse momento, a trajetória das epidemias realmente se restringia ao Império do Brasil, mas não demoraria a grassar no Prata, visto o caráter epidêmico da doença.

A imprensa e as instituições de maior vulto da Bahia tomariam ciência dos acontecimentos no Prata. O periódico **Jornal da Bahia** divulgava o início da epidemia, na cidade de Buenos Aires, numa coluna criada a partir do começo da Guerra do Paraguai (1864-1870), intitulada “Notícias do Prata”, veiculando a seguinte informação: “Confederação Argentina – continuavam-se a notar alguns casos de febre amarella na capital”.<sup>8</sup>

A Associação Comercial da Bahia também se mostraria a par dos acontecimentos da epidemia na Argentina. Criada em 1840, tinha entre seus objetivos o de promover os interesses do comércio e da agricultura na Província baiana por meio de representações junto aos poderes constituídos. Como o comércio entre a Bahia e o Prata era uma rota de grande importância para a praça de Salvador (CHAVES, 2001), o assunto foi divulgado e discutido entre os comerciantes baianos de grosso trato.

<sup>7</sup> Biblioteca Nacional do Uruguai. Seção Microfilme, Jornal Comercio del Plata, 03/04/1862.

<sup>8</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia. Jornal da Bahia, 20/04/1870.

Num relatório da Associação Comercial da Bahia, evidenciou-se o interesse em auxiliar no combate à epidemia reinante na Argentina. A preocupação da Associação era com a preservação do comércio. Os negociantes baianos consideravam que com o fim das epidemias haveria a retomada das relações comerciais com a região platina. Medidas como as quarentenas e as cartas sujas<sup>9</sup> nos navios infectados enfraqueciam, momentaneamente, as negociações entre brasileiros, argentinos e uruguaios, e cabia à Associação Comercial da Bahia defender os interesses de seus associados.

Temos a honra de accusar a recepção do officio de V. Ex. de 8 do corrente, pedindo-nos para promovermos uma subscrição em favor dos infelizes habitantes da republica Argentina, victimas de uma horrivel calamidade. Esta Junta bem desejaria contribuir efficazmente para o fim humanitario para que foi convidada, mas tendo-se antecipado o consul argentino e membro d'esta Junta o Sr. Joaquim Elyzio Pereira Marinho,<sup>10</sup> mui pouco poderá fazer; com tudo não deixaremos de empregar todos os meios para obtermos alguns donativos, não só n'esta praça, como em outros pontos da Provincia, e para esse fim já temos dado algumas providencias.<sup>11</sup>

Porém, anteriormente a essa divulgação da notícia da epidemia, muitas autoridades sanitárias do Prata silenciaram quando do aparecimento das primeiras mortes, objetivando não propagar uma imagem negativa de sua região para os comerciantes estrangeiros e para os primeiros imigrantes que já chegavam na América. Em muitos casos, essa omissão provocou um atraso nas providências necessárias para o combate às epidemias. A **Gazeta Médica da Bahia** relata a omissão dos médicos argentinos.

Nos circulos medicos se dizia em segredo ao ouvido, com todo o cuidado: "Temos a febre amarella entre nós"; mas não foi senão para o fim do mez, quando já tinham cabido duzentas victimas, pouco mais ou menos, que atreveu-se alguém a dar o alarma. Ainda então alguns

<sup>9</sup> As "cartas sujas" eram documentos, normalmente expedidos pela Inspetoria de Saúde dos portos, trazidos nas embarcações provenientes de portos infectados com doenças epidêmicas e apresentados à Capitania do porto de entrada desses navios.

<sup>10</sup> Joaquim Elizio Pereira Marinho e seu pai, Joaquim Pereira Marinho, foram importantes personagens que estabeleceram comércio da Bahia com a região platina. Ambos foram cônsules de Buenos Aires na Bahia e mantinham comércio de charque constante, através da companhia de navegação denominada Marinho e Cia., com os portos de Montevidéu e Buenos Aires.

<sup>11</sup> Associação Comercial da Bahia, doc. n. 14, 22/05/1871.

medicos contradisseram o rumor, e para confortar o espirito publico, disse um d'elles: "não é nada; é apenas a queda da folha, a estação doentia; não nos devemos surprehender de ver a mortalidade algum tanto acima da media".

Pouco depois medicos de todos os calibres discutiram a natureza da epidemia; declaravam uns que era febre amarella, outros que era typhoide e outros typho ichtheroides; etc. Os cadaveres iam sendo enterrados com todos esses diagnosticos escriptos nas guias, e o povo ia continuando a morrer cada vez a mais e mais. O conselho de Hygiene não fez logo publicar instruções sanitarias, e nenhuma providencias eram tomadas oficialmente para não assustar o povo como dizem nesses casos.<sup>12</sup>

Para além dos fatores econômicos e ideológicos, não se pode esquecer do pavor em que viviam também as autoridades de saúde. Jean Delumeau, estudando o medo das pestes no Ocidente cristão, destaca que "médicos e autoridades procuravam então enganar a si mesmos. Tranquilizando as populações, tranquilizavam-se por sua vez" (DELUMEAU, 1989, p. 118). Refere-se, ainda, ao medo que se tinha em falar ou divulgar as epidemias:

Constata-se então, no tempo e no espaço, uma espécie de unanimidade na recusa de palavras vistas como tabu. Evitava-se pronunciá-las. Ou, se eram ditas no começo de uma epidemia, era em locução negativa e tranquilizadora como "não é a peste propriamente dita". Nomear o mal teria sido atraí-lo e demolir a última muralha que o mantinha à distância. Contudo, chegava um momento em que não se podia mais evitar chamar o contágio por seu horrível nome (DELUMEAU, 1989, p. 119).

O medo também já havia chegado à Bahia. Na epidemia do cólera *morbus* em 1855, "os baianos passaram a ter medo dos mortos, dos doentes, dos vivos. Mas também tinham medo dos médicos e dos hospitais" (DAVID, 1996, p. 64). A falta de tratamento e de prevenção das doenças era o que mais perturbava as populações do século XIX no Brasil e na Argentina.

No relatório em estudo, destaca-se também a presença de brasileiros nas ações de controle da epidemia na cidade de Buenos Aires, como "um moço brasileiro de nome Antonio Barboza de Oliveira, [que] prestou serviços a causa da humanidade, sendo ali depois galardoado pela população com uma medalha de ouro". E, ainda, do secretário do Conselho de Higiene de Buenos

<sup>12</sup> *Gazeta Médica da Bahia*, n. 122, 31/08/1872.

Aires, o Dr. Monts de Orca, que, segundo o periódico, “estudou na faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e que por isso é um dos melhores medicos argentinos que inspiram mais confiança”. Essa divulgação da presença do Brasil no combate à moléstia revela as intenções subjacentes em demonstrar civilidade, presteza e competência para essas questões por parte dos profissionais de saúde brasileiros.

A divulgação desse evento em um periódico médico baiano não contradiz a afirmação de Schwarcz (1993, p. 207), segunda a qual, “apesar de absolutamente frequente, a questão de higiene pública gera poucas pesquisas na Bahia”. A declaração do médico baiano Dr. Luiz dos Santos confirma a tese da autora. Ele foi o relator da febre amarela em Buenos Aires e não consegue – prestes a findar seu relatório – chegar a nenhum parecer conclusivo a respeito da doença, nem apontar para qualquer forma de cura. Em seu depoimento pessoal a respeito de sua experiência com a doença, assim se manifesta:

a convicção que nutro de que a febre amarella é uma das molestias mais susceptíveis de modificar-se segundo certas circunstancias como epidemia, embora fique a mesma na essencia, e de que só pode o medico ter um conhecimento um pouco completo de seus caracteres quando tiver atravessado muitos periodos epidemicos e tiver observado attentamente cada uma das phases da intensidade e dos caracteres variaveis que habitualmente apresentam esses longos periodos. Então somente [...] podem explicar-se as dissidencias muitas vezes radicalissimas, que apresentam entre si os escriptos de auctores, que, não tendo observado a molestia senão durante um tempo limitado e sob uma das suas faces, chegaram a resultados differentes sobre os caracteres symptomaticos, a natureza, a mortalidade, o modo de transmissão, e o grau de efficacia do tratamento da epidemia.<sup>13</sup>

Esse quase total desconhecimento da doença levou muitos habitantes argentinos a não acreditarem nas práticas médicas. Segundo a **Gazeta Médica**, representante oficial do saber médico, essas atitudes explicavam-se pela ignorância do povo em relação à medicina e seus avanços rumo à civilização e pelo declarado combate – por parte da imprensa médica – ao charlatanismo e às práticas populares de cura, buscando desarraigá-los dos hábitos da população.

<sup>13</sup> *Gazeta Médica da Bahia*, 1872.

Porém, o tratamento oficial dos médicos não conseguia legitimar-se, na sociedade, frente ao saber desenvolvido pelas camadas populares, tanto no Brasil como no Prata. Afirma o documento:

Para tão grande mortandade concorria muito a ignorancia e superstição do povo de Buenos-Ayres. Acreditava essa gente que os medicos e os sacerdotes os estavam envenenando lançando de noite pelas ruas o pó do veneno. Essa aberração de espirito não é nova na republica argentina. Já em 1867 essa crença (do que são testemunhas todos os brasileiros que ahi se achavam então) dominou em Corrientes, e em Buenos-Ayres. Agora ressurgia no meio dos horrores da epidemia nova. Recusavam portanto muitos doentes a assistencia medica, e em alguns casos adoptavão os remedios os mais ridiculos, e os mais prejudiciaes talvez, que lhes suggeriam as imaginações desvairadas. Acontecia muitas vezes que levados por aquelle erro os amigos dos doentes pediam aos facultativos e aos sacerdotes que não os envenenassem com seus remedios.

A historiadora argentina Adriana Alvarez apontou para essa dicotomia entre medicina científica e medicina popular, num artigo sobre o reordenamento das autoridades sanitárias na Buenos Aires dos anos de 1880 e o processo de convencimento das populações em relação ao saber médico:

A la vez, para poder combatirlos, eran necesarios agentes capaces de hacer permeables las medidas sanitarias tomadas, de manera que penetrar en los hogares, en donde por mucho tiempo el arte de curar había estado reservado al curandero del barrio o bien a la terapia familiar, no era tarea fácil. Mucho menos para los médicos que no eran personajes cotidianos del barrio y su palabra de apoyo científico no resultaba convincente para estos sectores populares (ALVAREZ, 1999).

Os anos 80 do século XIX marcaram uma mudança significativa na medicina argentina e brasileira. As reformas urbanas, o saneamento das cidades e dos portos, as convenções sanitárias, a educação higiênica, a propagação de novos hábitos alimentares e costumes, eram, na imensa maioria, resultantes da trágica experiência com as epidemias. Essas modificações foram denominadas por Alvarez de “ideologia urbana”, caracterizada pela busca de fórmulas políticas e sociais capazes de instituir modos de convivência em que estivessem presentes elementos como progresso, multidão, ordem, higiene e bem-estar.

Há, ainda, mais algumas questões concernentes às idéias defendidas pelos médicos na **Gazeta Médica da Bahia**. Schwarcz (1993) localizou, em boa parte da produção dos médicos baianos, a vinculação das doenças à questão racial, fazendo dos elementos negro e mestiço os argumentos centrais para o alegado enfraquecimento da população e para a própria disseminação das moléstias. Interessante, portanto, é o fato de não se ter localizado essa argumentação no relatório e, muito pelo contrário, ter se encontrado uma afirmação contrária a essa idéia, a de que “está hoje reconhecido que a epidemia da febre amarela não tem predileção para raças e espécies”, quando do registro da enorme quantidade de mortes por dia, que atingia os indivíduos sem distinção de posição nas hierarquias sociais ou grupos étnicos. A ausência desta problemática, corrente no Brasil, explica-se, em parte, pela conjuntura histórica argentina, livre do jugo escravista desde o princípio do século XIX, não sendo, portanto, a questão racial tão premente na região. Uma outra possível justificativa é a de que, como apontou a própria autora, só a partir de meados da década de 1880 uma produção mais propriamente baiana tenderá a surgir com “uma leitura original da realidade nacional ao apontar o cruzamento como o nosso maior mal, ao condenar a hibridação das raças e sua conseqüente degeneração” (SCHWARCZ, 1993, p. 208).

Porém, cabe aqui um questionamento: por que a febre amarela teria sido tão noticiada, ao contrário de outras doenças? Apesar de uma aparente desvinculação com o discurso racial, interessava à imprensa resguardar os imigrantes das moléstias. A febre amarela era tida pelo saber médico como a única doença que atingia os europeus, enquanto, por exemplo, o cólera *morbis* era classificado como moléstia de escravos. Como destaca Chalhoub (1996, p. 94),

o verdadeiro desafio para o estudioso da ideologia racial no Brasil, entretanto, é reconhecer que a aparente ausência de uma terminologia racial elaborada não significa a ausência de significados raciais [...]. Todos os esforços e recursos foram dirigidos à febre amarela, enquanto doenças como a tuberculose e a varíola, ambas normalmente associadas a mestiços e pobreza, eram quase completamente negligenciadas.

A epidemia da febre amarela não seria a última a flagelar a capital argentina ou os portos do Rio da Prata. A Bahia e a Argentina também foram atingidas novamente pela febre e por cólera *morbis*, epidemias que iam e vinham

com a mesma rapidez com que as embarcações singravam entre essas regiões. A **Gazeta Médica da Bahia** noticiava, em 1873, o aparecimento, na Bahia, da febre amarela, que chegou pela primeira vez na cidade de Salvador em 1850, tendo adentrado novamente por via marítima e trazida por um navio de Pernambuco.

A evidência da constância dessas epidemias encontra-se na documentação do Consulado Argentino na Bahia, que se estende até o ano de 1885. Em correspondência do Cônsul Pereira Marinho, verifica-se:

essa Província entendeu dever por em prática no intuito muitíssimo louvável de opor um obstáculo à propagação da febre amarela que infelizmente apareceu nesta capital e tem dizimado mais ou menos a sua população, [...] com o máximo desejo de concorrer quanto me seja possível para o desaparecimento do mal que aflige os habitantes desta cidade, tendo tomado nota de tudo quanto V. Excia há por como fazer chegar ao meu conhecimento e recomendar-me com relação a tão momentoso assunto.<sup>14</sup>

Outras notícias vinculadas à saúde e às doenças da região platina circulavam na **Gazeta Médica da Bahia**. Em 1878, um importante médico argentino divulgaria algumas pesquisas entre os médicos baianos. O Dr. Emilio R. Coni era o redator principal da **Revista Medico-Cirúrgica** de Buenos Aires e buscava, com a divulgação dos seus trabalhos, o lugar de membro correspondente estrangeiro nesta publicação. Seu primeiro trabalho recebido, “Apuntes sobre la estadística mortuaria de la ciudad de Buenos Aires desde el año 1869 hasta 1877 incluso, seguido del movimiento de los hospitales y hospicios en 1877, y de un estudio sobre el clinica”, buscava um estudo comparativo com as Províncias do Império. E segundo as observações feitas pela **Gazeta Médica**, “suas deducções são as melhores guias para a hygiene publica”, a preocupação mais recorrente da época. De acordo com o periódico, o trabalho desse médico foi enviado para a biblioteca da Faculdade, para consulta pelos alunos. O Dr. Coni era um dos representantes da República Argentina nas reformas da saúde pública, compondo, juntamente com outros médicos, uma equipe que buscava, entre os anos de 1879 e 1887, modernizar a medicina nacional.

El gobierno nacional y la municipalidad se hicieron cargo del saneamiento de la ciudad financiando las grandes obras de extracción

<sup>14</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia. Consulado Argentino na Bahia, Maço 1167, 11/06/1885.

de agua, de cloacas, de pavimentación y de vías públicas. Crearon una administración de la salud, el Departamento Nacional de Higiene (1880) y la Asistencia Pública (1883), para administrar los hospitales, los dispensarios, los asilos nocturnos y para controlar las medidas de desinfección, de aislamiento, de inspección de los domicilios y de vacunación. La primera estaba bajo la órbita nacional y la segunda, municipal (ALVAREZ, 1999, p. 297).

A partir desse mesmo ano, principiava uma prática que perduraria por muito tempo na Revista, que era a permuta da **Gazeta Médica da Bahia** por jornais médicos, nacionais e estrangeiros. A **Gazeta** passaria a receber, assim, a **Revista Médico-Cirúrgica** de Buenos Aires e de alguns outros países da América Latina, como Chile, Venezuela, Peru e Cuba.

As questões de saúde pública no Império brasileiro e nas repúblicas platinas estavam longe de ser solucionadas. A organização sanitária no Império era débil e restringia-se à capital e aos seus mais importantes portos. Em 1887, numa tentativa de uniformizar as ações de controle das epidemias e impedir os prejuízos no comércio, reuniram-se, no Rio de Janeiro, representantes diplomáticos do Uruguai, da Argentina e do Brasil:

[tratava-se de] un Congreso Sanitario [...] para el estudio de las medidas de defensa contra el flagelo, arribándose a las siguientes conclusiones: igualación de cuarentenas em los tres países para la fiebre amarilla, el cólera y otros males epidémicos; presentacion de patentes portados los buques; prohibicion del rechazo de buques, sea cual fuera su estado; establecimiento de dos clases de cuarentenas: de observación para los buques em mal estado sanitario y de rigor para las procedencias de puertos infectados; sometimiento de las mercaderias a las medidas sanitárias (ACEVEDO, 1934, p. 757).

A preocupação existente era com as relações comerciais entre essas regiões, e justificava-se pela constante entrada e saída de embarcações nos portos da América. A Bahia era grande consumidora da carne platina, e os portos de Montevideú e Buenos Aires recebiam cargas de açúcar e aguardente baianos durante todo o século XIX; por isso seus comerciantes buscavam solucionar os problemas decorrentes das doenças nessas regiões.

Os estudos classificam a retração econômica como consequência do pavor e do número de mortes na população, diminuindo, assim, a produção e

comercialização de produtos. Um outro fator ainda agravante do declínio do comércio do charque foi a proibição das charqueadas, por motivos de saúde pública, perto da capital argentina, como noticiou o **Jornal da Bahia**:

República Argentina – a legislatura provincial de Buenos-Ayres votou finalmente uma lei sobre as xarqueadas proibindo-as dentro do termo da capital, e tomando varias disposições para que estes estabelecimentos não prejudiquem a saude publica.<sup>15</sup>

Na Bahia, isso afetou tanto a chegada da carne de charque produzida no Prata, quanto a circulação de pessoas das duas nacionalidades, visto que o porto de Salvador era considerado parada obrigatória aos navios que se destinavam para o Sul e às embarcações que dali saíam.

Em 1880, com o reaparecimento do cólera no Prata, a Bahia tomava suas providências, interrompendo suas relações comerciais com a região platense. Em primeiro lugar, buscava garantir a estrutura médica e hospitalar para o amparo dos doentes, com uma provável chegada dessa epidemia em sua capital:

pergunta se poderá ser extinto o Lazareto do Bom Despacho [...]. Todavia no quadro atual, não acho prudente semelhante deliberação por quanto reina o cólera morbus em portos vizinhos do nosso país, e poderemos de momento ser invadidos por aquela epidemia.<sup>16</sup>

Logo em seguida, proibiu-se a entrada de mercadorias do Rio da Prata, numa medida drástica em favor da preservação da Província face um novo ataque epidêmico:

fica proibida a importação nos portos nacionais de diversos generos de procedencia argentina ou oriental; e bem assim que até segunda ordem, fiquem fechados os portos nacionais, exceto o da ilha Grande, a todos os navios procedentes da República da Argentina e de quaisquer portos infeccionados pelo cólera morbus.<sup>17</sup>

Nesse último momento de ameaça da entrada do cólera na província, as medidas tomadas tinham um caráter muito mais agressivo e combativo do que

<sup>15</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia. *Jornal da Bahia*, 22/09/1871.

<sup>16</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia. *Inspetoria de Saúde do Porto*, Maço 5318, 22/11/1886.

<sup>17</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia. *Inspetoria de Saúde do Porto*, Maço 5318, 22/11/1886.

em outros períodos. Um exemplo da rigidez das autoridades foi o caso de um navio consignado a Antonio José de Souza Belens, um dos grandes comerciantes da Bahia nos fins do século XIX, homem influente, dono de um grande trapiche no porto de Salvador e possuidor de diversas ações em companhias importantes na Província. Todo seu prestígio não influenciou as autoridades, apesar de sua correspondência ao presidente da Província:

Antonio José de Souza Belens, consignatário da carga do bergantim português “Cacilda”, procedente de “Colon” na Republica Argentina, e actualmente neste porto vem requerer a V. Exc<sup>a</sup> se digne mandar que seja o mesmo navio admitido à livre pratica para o fim de ser descarregado.

Pelos documentos que o Suplicante tem a honra de apresentar a V. Exc<sup>a</sup> que o despacho e a partida do mencionado navio teve lugar d’aquelle porto a 29 de outubro do anno passado, e, pois, em epoca muito anterior à declaração do Colera-morbus, não só no territorio da republica, como tambem, e muito mais remota ainda à declaração official de tal enfermidade no porto de “Colon”.

Não se trata, por conseguinte de navio procedente de porto estrangeiro infeccionado pela peste, e caso as disposições do Reg. nº 9154 podessem ser applicaveis a especie, o que se suja a vista dos documentos juntos, o Capitão do bergantim “Cacilda” acha se impossibilitado de demandar se o porto da “Ilha Grande”, conforme as ordens que recebeu de V. Exc<sup>a</sup>, pela impossibilidade absoluta em que se acha de prover de generos alimenticios o mesmo navio, e assim fazer a aludida viagem.<sup>18</sup>

Depreende-se que, do processo aberto pelo comerciante, a Inspeoria de Saúde do Porto manteve a decisão de não lhe dar a livre prática, alegando interesse de saúde pública. Essas atitudes estavam respaldadas pelo documento imperial publicado na **Gazeta Médica**, que proibia a importação de carnes salgadas de procedência argentina ou oriental e que “exceptua as carnes existentes em deposito nos saladeiros orientaes e preparadas antes do apparecimento do cholera na Republica Argentina”.<sup>19</sup> E era aproveitando-se dessa exceção que tentava, em vão, defender-se o dito comerciante.

Na Bahia, o intenso controle impedia a entrada de qualquer navio vindo do Prata, mesmo tendo nos seus cargos de cônsules e vice-cônsules do Prata

<sup>18</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia. Licença para carregar e descarregar/Polícia do Porto, Maço 3183, 29/01/1887.

<sup>19</sup> **Gazeta Médica da Bahia**, n. 5, novembro de 1886.

grandes comerciantes, como Joaquim Pereira Marinho (XIMENES, 1999). Para aquela região, isso significou uma crise de superprodução do gado e da carne de charque, pois esta perdia, ainda que temporariamente, um dos seus maiores mercados:

O Brasil, embarcado en la política proteccionista del tasajo riograndense, va a aumentar los impuestos a su introducción llegando en 1887 a clausurar sus puertos al tasajo rioplatense com motivo de la aparición del cólera en la Argentina. El 70% de la producción queda sin exportar. El impuesto aplicado luego de reiniciada la exportación se duplicó com creces llegando a significar el 27% del precio (MILOT; BERTINO, 1996, p. 153).

No final de 1887, com o retrocesso da epidemia e com a assinatura da Convenção Sanitária entre os três países, as províncias voltaram a reabrir seus portos para as embarcações vindas do Prata, mas essa atitude não foi suficiente para apagar o forte ressentimento que a interdição a esses navios provocou na diplomacia platina.

Antes de finalizar el año volvieron a reabrirse los puertos brasileños de acuerdo com la Convención Sanitária suscrita em Río de Janeiro por los representantes diplomáticos del Uruguay, de la Argentina e del Brasil. Pero la crisis ganadera no desapareció del todo y el tema abordado por la Asociación Rural continuó por varios meses a la ordem del día (ACEVEDO, 1934, p. 427).

As epidemias vieram concomitantemente acompanhadas de reformas urbanas realizadas em várias cidades ocidentais na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. A ideologia que permeava essas mudanças era a de “civilizar os costumes”, ou, no caso baiano, “desafricanizar os costumes”, retirar da barbárie especialmente os povos colonizados, em que a presença negra e mestiça era predominante.

As questões de saúde pública continuam sendo um desafio, até os dias atuais. O tema é bastante atual, haja vista as configurações das grandes cidades brasileiras e argentinas hoje, onde a ausência ou as péssimas condições de moradia, de saneamento básico e de saúde são problemas vividos pela comunidade pobre negra e mestiça, excluída do mercado formal de trabalho e das áreas de habitação nobres e higienizadas.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ACEVEDO, E. **Annales históricos del Uruguay**. Montevideu: Barreiro y Ramos, 1934.

ALVAREZ, A. Resignificando los conceptos de la higiene: el surgimiento de una autoridad sanitaria en el Buenos Aires de los años 80. **Revista Manguinhos – História, Ciências, Saúde**, v. 6, n. 2, p. 293-314, 1999.

ARMUS, D. O discurso da regeneração: espaço urbano, utopias e tuberculoso em Buenos Aires, 1970-1930. **Revista Estudos Históricos**, v. 8, n. 16, 1995.

BARRETO, M. R. N. **Nascer na Bahia do século XIX**: Salvador (1832-1889). 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2000.

BATIANELLI, L. **A Gazeta Médica da Bahia**. Salvador: Contexto, 2002.

CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAVES, C. L. **De um porto a outro**: a Bahia e o Prata (1850-1889). 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2001.

COGGIOLA, O. Buenos Aires: cidade, política, cultura. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 34, p. 101-118, 1997.

DAVID, O. R. **O inimigo invisível**: epidemia na Bahia no século XIX. Salvador; Brasília: Edufba; Sarah Letras, 1996.

DELUMEAU, J. **História do medo no Ocidente**: 1300-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FERREIRA, L. O. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43). **Revista Manguinhos – História, Ciências, Saúde**, v. 6, n. 2, p. 331-351, 1999.

MILOT, J.; BERTINO, M. **História econômica de Uruguay**: 1860-1910. t. 2, Montevideu: Fundación de Cultura Universitaria, 1996.

PRADO, M. L. C. Para ler *Facundo* de Sarmiento. In: PRADO, M. L. C. **América Latina no século XIX**: tramas, telas e textos. São Paulo; Bauru: Edusp; Edusc, 1999.

SAMPAIO, G. R. **Nas trincheiras da cura**. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

XIMENES, C. F. L. **Joaquim Pereira Marinho**: perfil de um contrabandista de escravos na Bahia – 1828-1887. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 1999.

## **EMBARKATIONS, GERMS AND NEWS: EPIDEMIC CIRCUITS IN BAHIA AND RIO DA PRATA (1872)**

### **ABSTRACT**

*This paper tries to analyze the extensive and detailed report published in the **Gazeta Médica da Bahia** in 1872 regarding the yellow fever epidemics in Argentina. These epidemics were of concern to the sanitary authorities who tried to control them through the ports of the Empire, so they could keep themselves informed on these epidemics in other parts of the Americas. The newspaper, besides representing a space for discussion about medicine, played an important ideological role by creating an image of Argentina that could damage immigration to that region, once the epidemics frightened the European immigrants. By so doing, a gradual substitution of slaves could be guaranteed for an abundant immigrant labor force for Brazil.*